



ACORDO DE COOPERAÇÃO nº /16/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, REPRESENTADA PELA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, PARA VALIDAÇÃO BIOMÉTRICA E BIOGRÁFICA DO CIDADÃO NA BASE DE DADOS DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL NACIONAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 13.444 DE 11 DE MARÇO DE 2017, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, doravante denominado **ME**, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Brasília/DF, CEP: 70048-900, CNPJ nº 00.394.460/0001-41, neste ato representado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, consoante Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e subdelegação de competência disposta no art. 8º da Portaria nº 17.472, de 21 de julho de 2020, neste ato representada por seu Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Senhor **CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE**, nomeado pelo Decreto de 20 de agosto de 2020, portador do registro geral [REDAZIDO] e CPF [REDAZIDO], residente e domiciliado em Brasília, e a **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS**, federação criada em 1967, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, 15º andar, Torre Norte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.068.353/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, qualificada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/SGD/ME como Organização de Sociedade Civil (OSC), com extensão dessa qualificação pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/SGD/ME às suas instituições financeiras associadas, que poderão aderir a este Acordo de Cooperação, sujeitando-se a essa parceria e aos seus termos, independentemente de suas próprias qualificações, doravante denominada **FEBRABAN**, RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, tendo em vista o que consta do Processo n. SEI-ME 19974.102057/2020-15 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para perfeito entendimento e interpretação deste Acordo de Cooperação, serão adotadas as seguintes definições, no singular ou no plural:

I - **Bancos**: entidades associadas à FEBRABAN que, por meio da celebração do Termo de Adesão previsto neste Acordo de Cooperação, conforme modelo constante do Anexo II, aderirão a este Acordo de Cooperação;

II - **Usuários Finais ou Usuário**: pessoas físicas, na figura de seus prepostos, que sejam clientes dos Bancos e utilizem serviços bancários integrados às APIs de Identidade Digital previstas neste

Acordo de Cooperação;

III - **API**: Interface de Programação de Aplicativo (Application Programming Interface) que contém instruções e padrões de programação definidos, para acesso por um terceiro a um aplicativo ou software de outrem. As APIs provêm pontos de entrada e documentação técnica para determinar como um programador pode realizar uma tarefa através de operações de sistemas informatizados;

IV - **API de Identidade Digital**: APIs para Validação Biométrica e Validação Biográfica dos Usuários;

V - **Política de Privacidade**: documento que expressa as práticas realizadas pelos Bancos e pela SGD/ME para dar transparência aos Usuários em relação aos usos de seus Dados e Dados da ICN, inclusive com relação a informações de navegação, de localização, quer tais informações sejam obtidas pelo fornecimento direto de dados pessoais pelo Usuário ou pela captura automatizada efetuada por parceiros em nome do próprio Usuário;

VI - **Plano de Trabalho**: Anexo a este Acordo de Cooperação, conforme conteúdo do Anexo I, com as especificações das fases de implementação do objeto deste Acordo de Cooperação;

VII - **ICN**: Identificação Civil Nacional prevista na Lei nº 13.444, de 11 de março de 2017;

VIII - **Validação Biográfica**: processo pelo qual um conjunto de dados pessoais biográficos são verificados para um único indivíduo, identificado pelo seu número de Cadastro de Pessoa Física (CPF), utilizando a base de dados da ICN e resultando em uma resposta binária;

IX - **Validação Biométrica**: processo pelo qual um conjunto de dados pessoais biométricos (datilograma ou facial) são verificados para um único indivíduo, identificado pelo seu número de CPF, utilizando a base de dados da ICN e resultando em uma resposta binária, com objetivo de identificá-lo unicamente com alto grau de segurança;

X - **Identidade Digital**: processo de Validação Biográfica e Validação Biométrica para identificação de um usuário;

XI - **Resposta Binária**: resposta ao serviço de Validação Biográfica ou Biométrica, assinada digitalmente, no formato “Sim” ou “Não”, juntamente com outros detalhes técnicos relacionados à transação, sem expor qualquer informação referente ao Usuário;

XII - **Dados**: Dados Pessoais, para fins do disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme em vigor (“LGPD”), dos Usuários coletados pelos Bancos e compartilhados pelos Bancos à SGD/ME para fins exclusivos de Identidade Digital, sendo eles, CFF, dados biométricos e dados biográficos; e

XIII - **Dados da ICN**: Dados Pessoais, para fins do disposto no art. 5º, inciso I, da LGPD, dos Usuários que consta da base de dados da ICN, a serem usados para fins de Identidade Digital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto estabelecer parceria entre a SGD/ME e a FEBRABAN, visando ao uso das APIs de Identidade Digital pelos Bancos, em caráter de degustação experimental, para fins de Identidade Digital e aderência à identificação segura de seus Usuários, por meio da franquia específica de validações, conforme previsto neste Acordo de Cooperação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os aspectos técnicos e operacionais para conexão e uso das APIs de Identidade Digital serão tratados diretamente entre a SGD e os Bancos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A adesão a este Acordo de Cooperação será facultada a cada Banco. Após a assinatura do Termo de Adesão, caberá à FEBRABAN viabilizar a integração de cada Banco aderente ao Acordo de Cooperação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeitos de definição de escopo e atuação da degustação

experimental, a mesma se limitará a uma quantidade específica de usuários ou grupo de usuários pré-definidos em ambiente real a ser indicado no Plano de Trabalho por cada banco.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Subcláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I, caput, do artigo 43, do Decreto n. 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao Acordo de Cooperação, sendo vedada a alteração do objeto da parceria. Novos ajustes deverão ser submetidos antecipadamente a análise jurídica da PGFN do Ministério da Economia para exame e parecer.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

I - acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 e nos demais atos normativos aplicáveis;

II - assumir ou transferir a terceiro a responsabilidade pela execução do objeto da parceria, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

III - divulgar o objeto da parceria nos termos da legislação, mediante procedimentos definidos conforme seu juízo de conveniência e oportunidade;

IV - zelar para que não haja compartilhamento de recurso patrimonial da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na execução da parceria, tendo em vista que não ocorreu chamamento público no caso concreto; e

V - apreciar o Relatório de Execução do Objeto do Acordo de Cooperação, apresentado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Subcláusula primeira: O monitoramento e a avaliação da Parceria pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será exercido pela designação dos servidores devidamente qualificados pela SGD/ME.

Subcláusula segunda: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, devendo notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com antecedência em relação à data da visita.

Subcláusula terceira: as seguintes obrigações específicas da SGD/ME serão adotadas:

I - Fornecer aos Bancos, por e-mail ou mediante disponibilização em URL, a documentação relativa às APIs de Identidade Digital, a ser divulgada posteriormente à formalização do termo de adesão ao presente Acordo de Cooperação ou de outra forma que venha a ser acordada entre a SGD/ME e os Bancos;

II - Disponibilizar aos Bancos as atualizações ou modificações nas APIs de Identidade Digital, via e-mail ou por URL específica, ou por outra forma que venha a ser acordada entre a SGD/ME e os Bancos;

III - Definir e controlar a volumetria de acesso a cada uma das APIs de Identidade Digital, conforme a capacidade de Validações de Dados da ICN;

IV - Receber os Dados dos Bancos e usá-los exclusivamente para a finalidade de Validação dos Dados, garantindo a segurança, o sigilo e a confidencialidade dos Dados e adotando medidas técnicas e administrativas aptas a realizar o acesso aos Dados e a proteger os Dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e

V - Restringir o acesso aos Dados apenas àqueles que efetivamente tenham necessidade de acessá-los no limite necessário ao tratamento desses Dados, garantindo que todos que tenham ou possam ter acesso aos Dados respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança dos Dados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I - executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 e nos demais atos normativos aplicáveis;

II - responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

III - responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria;

IV - permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução a parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto; e

V - apresentar o Relatório de Execução do Objeto, no prazo de **30 dias** após o término da vigência deste instrumento.

VI - garantir que os bancos aderentes a este acordo façam cumprir e estarem em conformidade com os regulamentos firmados neste Acordo de Cooperação.

VII - manter a responsabilidade sobre os acordos firmados com os bancos associados.

DA FEBRABAN:

I - Fomentar a adesão dos Bancos ao presente Acordo de Cooperação;

II - Intermediar as discussões sobre o objeto deste Acordo de Cooperação com os Bancos durante todo o período da sua vigência; e

III - Realizar ações de comunicação para divulgação da Identidade digital.

DOS BANCOS QUE ADERIREM AO PRESENTE ACORDO:

I - Manter a segurança, sigilo e confidencialidade dos Dados, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a realizar o acesso aos Dados e a proteger os Dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

II - Restringir o acesso aos Dados apenas àqueles que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para os propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular dos Dados, sempre de forma compatível com esses propósitos e no limite necessário ao tratamento desses Dados, em observância ao previsto nos arts. 7º e 11 da LGPD, garantindo que todos que tenham ou possam ter acesso aos Dados respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança dos Dados. Não obstante, deve ser observado que o acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade;

III - Utilizar a marca gov.br, seguindo orientações da SGD/ME, em todas as ações de comunicação e aplicações relacionadas ao uso das APIs de Identidade Digital; e

IV - Integrar com o serviço de qualificação de contas da SGD/ME sempre que uma Identidade Digital for realizada com sucesso.

CLÁUSULA SEXTA – DO NÃO COMODATO, DOAÇÃO DE BENS OU COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS PATRIMONIAIS

Para a execução do objeto do presente Acordo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os PARTÍCIPES. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula única. O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 6 meses a partir da data de publicação do extrato deste Acordo de Cooperação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, desde que autorizada pela Administração Pública, ou por proposta da Administração Pública e respectiva anuência da OSC, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este Acordo de Cooperação poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda por conveniência de qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo de Cooperação poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante a seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos PARTÍCIPES. Novos ajustes deverão ser submetidos antecipadamente a análise jurídica da PGFN do Ministério da Economia para exame e parecer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS INTELECTUAIS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, utilize, frua e disponha dos bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução desta parceria, da seguinte forma:

I - Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patentado, desenho industrial, indicação

geográfica e marcas;

II - Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:

a) a reprodução parcial ou integral;

b) a adaptação;

c) a tradução para qualquer idioma;

d) a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

e) a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

f) a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; exposição de obras de artes plásticas e figurativas;

g) a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

Para os fins de direito, os Bancos e a FEBRABAN reconhecem que a propriedade intelectual e os direitos autorais sobre as APIs de Identidade Digital pertencem ao Poder Executivo Federal e/ou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), razão pela qual é vedado aos Bancos e à FEBRABAN, por si ou por terceiros, promoverem qualquer tipo de cópia, engenharia reversa, obra derivada, modificação, customização, desenvolvimento, manutenção, suporte, capacitação ou consultoria, dentre outros serviços incidentes as APIs de Identidade Digital, sem autorização expressa e por escrito dos respectivos titulares. Os direitos de propriedade referidos às APIs de Identidade Digital estão pactuados e resguardados no Acordo de Cooperação TSE nº 85/2020 por meio do SEI-ME (14379208).

Os desenvolvimentos feitos pelos Bancos para integração de seus sistemas com as APIs de Identidade Digital serão de propriedade intelectual do respectivo Banco, razão pela qual é vedado à SGD/ME e à FEBRABAN, por si ou por terceiros, promoverem qualquer tipo de cópia, engenharia reversa, obra derivada, modificação, customização, desenvolvimento, manutenção, suporte, capacitação ou consultoria, dentre outros serviços incidentes, sem autorização expressa e por escrito dos Bancos titulares dos desenvolvimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA

Fica estabelecido o procedimento simplificado de prestação de contas, nos termos do art. 63, §3º, da Lei nº 13.019, de 2014, com o objetivo de demonstrar e verificar resultados, bem como avaliar a execução do objeto e o alcance das metas estabelecidas no instrumento de Acordo de Cooperação.

Para cumprimento do objeto, suas metas estabelecidas e acompanhamento destas ficam acordados os entes ao que se estabelece no Plano de Trabalho SEI-ME (16041861).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004, do Decreto nº 8.726, de 2016, e da legislação específica, a administração pública federal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública federal, por prazo não superior a 2

(dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o [órgão ou entidade pública federal], que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública federal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Subcláusula Primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Subcláusula Segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal.

Subcláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Subcláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado.

Subcláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Ministro de Estado prevista na Subcláusula anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Subcláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Siafi e no Siconv, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Subcláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública federal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA, DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

Este Acordo de Cooperação terá eficácia a partir de sua publicação, devendo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia publicar seu extrato no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

Os PARTÍCIPIES poderão divulgar sua participação no presente Acordo de Cooperação, sendo obrigatória a manutenção da logomarca do gov.br em toda e qualquer divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza

eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato do Advogado-Geral da União.

Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Seção Judiciária do Estado ou Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente

CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE

Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Ministério da Economia

Documento assinado eletronicamente

ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA

Presidente da Federação Brasileira de Bancos



Documento assinado eletronicamente por **Caio Mario Paes de Andrade, Secretário(a) Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital**, em 13/07/2021, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaac Sidney Menezes Ferreira, Usuário Externo**, em 14/07/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17178814** e o código CRC **BCA7F28F**.

Minuta de Acordo de Cooperação

Referência: Processo nº 19974.102057/2020-15.

SEI nº 17178814